

# Uma outra urbanidade (a propósito de flores raras)

Silvana Tótora\* e Ana Godoy\*\*

---

## Resumo

Dos muitos viéses por meio dos quais se poderia problematizar a relação entre modos de subjetivação e cidade gostaríamos de privilegiar aquele que, pondo em questão os dispositivos educacionais como prática integradora e normalizadora, abre para procedimentos micropolíticos que nos permitiriam enfrentar as mediações impostas pela modelização do espaço urbano, pelas relações nela implicadas e pela discursividade que a desdobra, em proveito de um ethos afirmativo da possibilidade de sentir, fazer e pensar diferentemente, em que corpo, cidade e educação se articulam em subjetividades insurgentes. O movimento teórico-experimental explicita-se no entendimento de que a urbanidade exprime o liame fundamental entre territórios existenciais e subjetividades parciais tal qual Félix Guattari as concebe, pondo em jogo uma educação que se deixa contaminar pelos processos aleatórios e divergentes da cidade contemporânea.

**Palavras-chave:** corpo, cidade, educação, subjetividade, sociedade de controle

## Abstract

The many ways in which we could discuss the relationship between modes of subjectivation and the city, we would like to emphasize the one that, addressing the educational devices as a practice that integrates and normalizes, opens way to micropolitical procedures that would allow us to face the imposed mediations by modeling the urban space, through the relation within it and by the discourses that unfolds it – to the benefit of an affirmative ethos related to feelings, actions, thinking differently, in which body, city and education are articulated in insurgent subjectivities. The theoretical-empirical movement reveals itself in the understanding that the urban aspect points out to a fundamental bond between existential territories and partial subjectivities, such as presented by Félix Guattari. It offers an education that is sensitive to the random and conflicting processes in contemporary cities.

**Keywords:** body, city, education, subjectivity, society of control.

---

\* Coordenação geral do projeto Foco Vestibular; doutora em Ciências Sociais pela PUC-SP; professora do Departamento de Política e dos programas de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais e em Gerontologia da PUC-SP. Pesquisadora do NEAMP – Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política, do PEPG em Ciências Sociais da PUC-SP.  
E-mail: stotora@uol.com.br

\*\* Doutora em Ciências Sociais pela PUC-SP e Pós-doutoranda em Educação na FE/Unicamp. Autora de *A menor das ecologias*. São Paulo, Edusp, 2008.  
E-mail: ana.godoy@rocketmail.com

*Que o leitor [...] se lembre que há uma grandeza em todas as loucuras, uma força em todos os excessos.*

(Charles Baudelaire, *O pintor da vida moderna*)

Dos muitos vieses por meio dos quais se poderia problematizar a relação entre modos de subjetivação e cidade, gostaríamos de privilegiar aquele que, ao por em questão os dispositivos educacionais como prática integradora e normalizadora, abre para procedimentos micropolíticos que nos permitiriam enfrentar as mediações impostas pela modelização do espaço urbano, pelas relações nela implicadas e pela discursividade que a desdobra, em proveito de um *ethos* que afirmaria a possibilidade de sentir, fazer e pensar diferentemente (Foucault, 1994, p. 574).

Deste modo, o que se evidencia nesta problematização é tanto uma certa inscrição da educação no processo de normalização dos corpos, mas também no processo de disciplinarização dos saberes, fazendo convergir o normal como princípio de coerção dos corpos com uma dada distribuição dos corpos no espaço em função de um determinado resultado; quanto às práticas de liberdade por meios das quais ultrapassam-se os limites de um possível pré-estruturado, bem como aqueles estabelecidos pelo conhecimento que delimita este ou aquele campo/disciplina – aos quais podem ser remetidas as percepções empíricas e os sentimentos subjetivos – impedindo-os, desta forma, de reivindicar um monopólio legítimo sobre a questão.<sup>1</sup>

Trata-se, portanto, de pensar a relação entre cidade, modos de subjetivação e educação, desde uma crítica experimental como uma experiência modificadora de nós mesmos. Tal significado difere de uma concepção teleológica em que o saber resultaria da potência de uma faculdade preexistente de conhecer. Ora, conhecer o quê? O que já se sabe? Não se trata, pois, nesse caso, de conhecer, mas sim reconhecer, reproduzindo valores e verdades já postas. Assim colocamo-nos a questão: que caminhos ou descaminhos surpreendentes poderiam ser traçados no encontro entre a cidade, a educação e os modos de subjetivação?

Se considerarmos, tal qual afirma Guattari (1992, p. 158), que o alcance dos espaços construídos vai bem além de suas estruturas

---

<sup>1</sup> “O *ethos* filosófico pode ser caracterizado como uma atitude-limite. Não se trata de um comportamento de rejeição, mas de escapar à alternativa do fora e do dentro: é preciso situar-se nas fronteiras.” (Cf. Foucault em *O que são as Luzes?*, p. 347.)

visíveis e funcionais configurando-se como máquinas de sentido, de sensação, pondo em jogo tanto o esmagamento uniformizador – pelo qual trabalhariam as subjetividades produzidas para o controle – quanto uma re-singularização liberadora da subjetividade individual e coletiva; caberia perguntar o que pode a educação (Costa, 2000)?

Colocamo-nos com essa questão no terreno de uma ética, pois trata-se, sobretudo, de uma questão prática cujas respostas constituem-se elas mesmas em práticas. Assim posta, a relação entre cidade, modos de subjetivação e educação assume um sentido experimental que as transforma, segundo situações da realidade e o jogo de relação de forças implicados, privilegiando na perspectiva em que se colocam seus protagonistas, abertos aos *afectos* e *perceptos*, as regras mutáveis e facultativas, em um espaço e tempo construídos. Longe de qualquer relativismo, as experimentações ensejadas exigem que avaliemos o que estamos fazendo de nós mesmos em relação ao modo de existência implicado, subvertendo a concepção lógica da cognição e da aprendizagem em relação aos quais só se pode operar com regras e representações para se alcançar resultados previsíveis.

Educar, nesse sentido, não é imitar os valores existentes, mas ultrapassá-los; tampouco é mera aquisição de conhecimento, mas experimentar o descaminho daquele que conhece, mobilizando experimentações em proveito da liberação de passagens sensíveis que tornem possível pensar a educação como movimento insubmisso e desestabilizador que encontra nas diferentes “subjetividades parciais – a cidade, a rua, o prédio, a porta, o corredor”<sup>2</sup> – o material para a invenção de novos territórios existenciais aquém e além dos dispositivos de controle e dos modos de subjetivação que o exprimem.

Como afirmam Deleuze e Guattari (1996, p. 87 em diante), habitar, circular, trabalhar, brincar, etc. são os estratos que nos compõem e cada um deles é segmentarizado segundo uma ordem de distribuição (de cômodos, de ruas, etc.) segundo a natureza das operações neles implicadas, mas também segundo as oposições binárias de classe, de gênero, de idade e ainda segundo as ocupações de cada um, do bairro, da cidade, do país, do mundo. Tais codificações não cessam de ser

---

2 Félix Guattari ao deslocar a subjetividade para conjuntos materiais utiliza-se da expressão subjetividade parcial, pois entende que a consistência dos objetos não é unicamente material visto envolverem dimensões maquinicas e universos incorporais que lhe conferem consistência. Cf. Caosmose, pp. 160-161.

produzidas, produzindo tanto as territorialidades em que habitamos, circulamos, trabalhamos etc., quanto nossos territórios existenciais que, no entanto, não se esgotam nos estratos que nos compõem e ultrapassam a dimensão do visível que supõem.

Tal perspectiva torna possível inventar as armas que nos permitiriam enfrentar as tecnologias de poder-saber da sociedade de controle as quais, ao colocarem em funcionamento novos dispositivos fundados na projeção de fatores de riscos, desconstrói e constroem indivíduos e grupos, promovendo a aniquilação de modos de existência singulares – bem como os espaços e passagens que os desdobram – segundo os possíveis locais de irrupção do perigo, medidos por estatísticas em relação às normas e médias. As periferias das grandes cidades – lugar da residência da maioria dos pobres, negros e indígenas não-aldeados – são projetadas, por meio da profusão de estatísticas que traçam o padrão de normalidade, como o lugar da violência, tornando-se, e àqueles que lá vivem, o alvo privilegiado dos novos dispositivos encarregados da gestão dos riscos, exigindo, pois, inúmeros e sempre renovados mecanismos de intervenção, tornando-se o principal objeto de ação governamental e não-governamental e assim instituindo um novo tipo de racismo que tem como base a segregação no local de moradia

De outra parte, as novas tecnologias informático-comunicacionais passam a operar em proveito de uma insegurança disseminada ampliando as dimensões segregacionais por toda a tessitura urbana e incidindo “diretamente sobre nossas maneiras de perceber, de sentir, de amar, de pensar, até mesmo de criar” (Pelbart, 2006) e deste modo subsumindo a vida aos mecanismos de modulação da existência.

Confinar os pobres na periferia “remete a uma função flexível e móvel, a uma circulação controlada, a toda uma rede que atravessa também os espaços livres e pode aprender a sobreviver sem as prisões” (Deleuze, apud Lopes, 2007, p. 137). Trata-se de um agenciamento coletivo em que os corpos são controlados de forma incessante em meio aberto, superando em muito as formas mais duras de confinamento. Toques de recolher, fechamento dos bares à noite, áreas de lazer controladas, redução de transporte público – restrito para garantir a circulação no horário de trabalho – uma rede de ilegalismos organizados, comandados por policiais e traficantes, com suas hierarquias de valores, privilégios e sujeições, que produz pequenos medos desencadeadores de controle e

violência. Mas trata-se, também, de confinar o pensamento, a percepção, a sensação aos modelos cognitivos engendrados pelos clichês da opinião e do senso comum produzindo uma sorte de violência que se faz sentir no bloqueio dos processos de singularização encurralados entre individualidades seriadas, subjetividades *standards* e a fome por identidade. Desse modo, a lógica do confinamento estende-se por todo o campo social incidindo sobre os corpos, obrigando-os a constituírem-se como um todo, como uma figura que é legível porque significa. Cada gesto, cada olhar, cada movimento deve, então, se reenviar sempre para a constituição e continuidade de um mesmo e enorme discurso que nos atravessa e confere identidade. Constitui-se, desse modo, uma corporeidade fraca, ressentida e doente.

No entanto, se o encontro entre a cidade, a educação e os modos de subjetivação pode produzir um esmagamento uniformizador, tanto mais violento quanto mais apoiado sobre modelos identitários, trata-se de se perguntar, como aponta Deleuze,

Qual é nossa ética, como produzimos uma existência artista, quais são nossos processos de subjetivação, irreduzíveis a nossos códigos morais? Em que lugares e como se produzem novas subjetividades? Existe algo a esperar das comunidades atuais? (Deleuze, 1992, p. 142)

Tais questões abrem-nos um horizonte no qual a potência problematizadora do encontro proposto implica a reapropriação dos componentes de subjetividade que permitiriam estabelecer outras e novas relações potentes para combater a referência identitária – cujo reconhecimento é complementar as integrações fascizantes e reformas conservadoras, que democraticamente nivelam os processos de vida rebatendo-os sobre a estratificação material; em proveito da incessante invenção de si e do mundo, cuja expressividade se faria sentir em novos modos de subjetivação explicitados nas passagens sensíveis entre singularidades, subjetividades parciais e as dimensões existenciais implicando, portanto, um novo modo de habitar e uma outra compreensão do habitar insubmissos aos protocolos de toda espécie que supõe a possibilidade de ordenamento por uma coerência ou legitimidade advindas de fora das relações, subordinando-as segundo um conjunto de regras pré-estabelecidas. Aquelas que não só adequam o corpo às normas da cultura do espetáculo, mas que o rebatem numa cidade transformada em

palco e em cenário de sua sobrevida na qual pasta mansamente entre serviços e mercadorias (Pelbart, 2007, p. 2).

A escritura dos autores abordados põe em jogo precisamente a função estética e política da invenção de si – afirmação da processualidade – que incessantemente foge e, portanto, trai a função reguladora que busca orientar os processos segundo um modelo (estatal) já interiorizado em relação ao qual a cidade é tão somente uma Górgona, “é o olho que é a negação do olhar” (Chneiderman e Halleck, 1995, p. 43) impensável sem uma certa distribuição dos corpos e das matérias sociais, impensável fora da relação com a existência de cada um e com os modos de vida que a exprimem.

Educação, neste sentido, vai além da crítica ao que está posto, uma vez que se trata de uma experimentação do novo em consonância com a potência da vida. Situamo-nos no terreno de uma ética: o que podemos ou não fazer segundo regras mutáveis e facultativas correlatas e inseparáveis de uma existência ética? Tal existência diz respeito a um conjunto de práticas que, conforme a definição de Foucault, podem ser denominadas de uma “arte da existência” ou uma estética da existência. Segundo o autor (1998b, p. 15):

Deve-se entender [por arte da existência] práticas refletidas e voluntárias através das quais os homens não somente fixam regras de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu ser singular e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e responda a certos critérios de estilo.

De acordo com Nietzsche, dar um estilo ao seu caráter (*ethos*) não é algo que se reputa natural, ou seja, inscrito numa pretensa natureza humana, mas é de uma “segunda natureza”: “um paciente exercício e de um trabalho de todos os dias” (1996, § 290). Não seria isso uma nova forma de educação livre? Tornamo-nos o que somos, aqueles que fazem as suas leis para si próprios, aqueles que criam a si próprios, legisladores e artistas, na escuta da vida, do corpo, da cidade, do mundo. Daí, não somente a pertinência, mas a potência da concepção da educação como plano de composição estética – como coloca Silvio Gallo (Gallo, 2003, p. 68) –, seja porque poder-se-ia invocar a arte atingindo os conceitos capazes de enfrentar o afecto e o percepto artístico, subvertendo a opinião (Deleuze, 2000); mas também e, sobretudo, porque a educação

se afirmaria como uma arte prática de intensificar as variações de intensidade tornando-as tanto mais fortes quanto imprevisíveis, potencializando os ritmos por meio dos quais novas composições se fazem e por meio das quais se dá forma a existência.

A vizinhança que estabelecemos entre arte e educação faz ressoar aquela entre arte e cidade, tal qual apresentada por Andrea Moassab em que o espaço urbano perde “qualquer caráter objetual e sua potência é verificada pelos agenciamentos que possibilita” (2006/7, item 3), tomando suas intangibilidades, possibilidades e virtualidades irreduzíveis à sua dimensão visível ou à sua fisicalidade.

Nesse sentido, algumas dentre as muitas experimentações educacionais ensejadas por nós se fazem a partir da noção de *inter(trans)ve(rç)(nç)ão* fazendo coexistir junto ao R o N de invenção, pois trata-se, sobretudo, de um procedimento “baseado não na continuidade espacial e histórica ou na homogeneidade social e coletiva, mas na indeterminação e aleatoriedade, na instabilidade de configurações”,<sup>3</sup> elementos com as quais a vida se afirma em seu movimento de expansão. Evidencia-se aqui tanto a concepção do coletivo Arte/Cidade a propósito das intervenções urbanas que funcionariam como contraponto crítico e experimental em relação ao planejado e consolidado, potencializando situações distintas daquelas ditadas pelos modelos dominantes; quanto a concepção de John Cage para quem a indeterminação funda-se exatamente na recusa dos desígnios de um Eu.<sup>4</sup>

Trata-se, portanto, na vizinhança que estabelecemos, de investir precisamente na dimensão da sensação – aquela cujo desinvestimento torna-se cada vez maior, dadas as configurações da sociedade de controle –, atentando para os processos que atravessam e constituem as diversas dimensões da existência. Tendo em vista essas colocações, a intervenção, tal qual a propomos, constitui-se precisamente como um corte na linha do hábito que permite conectar ritmos intensivos desarmando percepções e afecções para liberar as sensações – composições de *afectos* e *perceptos* – singulares transvertendo o real, isto é, operando uma distribuição ou remanejamento da sensibilidade exigindo, para tanto, isso que, a cada

---

3 Cf. [http://www.pucsp.br/artecidade/novo/urbanismo\\_all.htm](http://www.pucsp.br/artecidade/novo/urbanismo_all.htm)

4 Neste caso, a tarefa que se coloca consiste em definir regras de um dispositivo preciso que permitam a manifestação de um acontecimento imprevisível para todos aqueles que nele estão envolvidos. Cf. Vladimir Safatle em *Destituição subjetiva e dissolução do eu na obra de John Cage*.

vez, é a borda e que abriga os *afectos*.<sup>5</sup>

Desarmar percepções e afecções não é outra coisa que confrontar os clichês que sustentam a opinião sendo este o único meio de alcançarmos o plano do *virtual* e mobilizarmos as potências de invenção de maneira a confrontar não só a segregação organizacional produzida pelas *máquinas abstratas de rostidade e paisageidade* – que incidem tanto sobre os corpos quanto sobre os espaços e se expressam, seja nos modelos de habitar, seja nos de educar; mas também de confrontar a exaustividade virtual implicada nos sistemas de referência como sintoma dos hábitos majoritários de pensamento e de ação.

Trata-se, portanto, de desfazer aquilo que nos processos de subjetivação bloqueia ou emperra a emergência do novo, “desarmando a fadiga das sensações ao desconectar cadências dominantes de sentido que assomam à memória, à percepção, ao corpo” (Rodrigues, 2008, p. 21) pondo em jogo o tempo e o espaço urbano, os processos de subjetivação e os sujeitos produzidos.

Estas experimentações conduzem-nos de maneira prática, através de diferentes níveis, pela noção de intervenção sobre espaços que se referem aos territórios atuais – aqueles que estamos em vias de abandonar –, e põem em jogo a representação e o senso comum quando a percepção se vê as voltas com zonas instáveis e mutáveis – zonas de meia luz – que ressoam nos espaços intersticiais da cidade.

Não sendo o lugar regrado e seguro das certezas racionais que a educação ajudou e ajuda a produzir, a cidade passa a ser experimentada como a paisagem esburacada e fugidia do desejo cujas ruínas são também aquelas de nossos mundos próprios, restos com os quais inventamos a nós mesmos e as cidades e mundos que percorremos e habitamos. As mutações do espaço urbano tornam-se, assim, inseparáveis de uma *transvaloração de todos os valores* – no sentido colocado por Nietzsche – em que o que se afirma é a intensificação da vida por meio de práticas de liberdade que lhe são imanentes. Uma modulação de sociabilidade que se configura em um novo modo de vida política, uma outra urbanidade porquê uma outra vitalidade.

---

5 Isso em relação ao qual Deleuze e Guattari irão pensar a Coisa ou *Outsider* (cf. Mil Platôs, v. 4, p. 27) e Victor Turner irá remeter ao Liminóide aquele que assoma ao liminar sem ser idêntico a ele e que, finalmente, ressoa no artigo de Julio Arroyo *Bordas e espaço público. Fronteiras internas na cidade contemporânea*.



## Referências bibliográficas

ARROYO, J. (2007). Bordas e espaço público. Fronteiras internas na cidade contemporânea. *Arquitextos*, n. 81, Revista Eletrônica. Disponível em: [http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq081/arq081\\_02.asp](http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq081/arq081_02.asp)

ARTE/CIDADE. “Como intervir em grande escala?”. Disponível em: [http://www.pucsp.br/artecidade/novo/urbanismo\\_all.htm](http://www.pucsp.br/artecidade/novo/urbanismo_all.htm)

BAUDELAIRE, C. (1988). O pintor da vida moderna. In: *A modernidade de Baudelaire*. Trad. de S. Cassal. São Paulo/Rio de Janeiro, Paz e Terra.

CHNAIDERMAN, M. e HALLECK, R. (1995). “Estranhas urbanidades”. In: MAGALHÃES, M. C. R. (org.). *Na sombra da cidade*. São Paulo, Escuta. Coleção Ensaios.

COSTA, S. de S. G. (2000). “Esquizo ou da Educação: Deleuze educador virtual”. In: LINS, D.; COSTA, S. de S. G. e VERAS, A. (orgs). *Nietzsche e Deleuze: intensidade e paixão*. Rio de Janeiro, Relume Dumará.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. (1996). *Mil Platô: capitalismo e esquizofrenia*, v. III. Tradução Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. São Paulo, Editora 34.

\_\_\_\_\_ (1997). *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*, v. IV. Tradução Suely Rolnik. São Paulo, Editora 34.

\_\_\_\_\_ (2000). *O que é a filosofia?* Trad. Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. São Paulo, Editora 34.

FOUCAULT, M. (1984). “O que são as Luzes?”. In: *Ditos e Escritos*, v. II. Trad. E. Monteiro. Rio de Janeiro/São Paulo, Forense Universitária.

\_\_\_\_\_ (1994). *Dits et écrits*, v. IV. Paris, Gallimard.

GUATTARI, F. (1992). *Caosmose: um novo paradigma estético*. Trad. Ana Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro, Editora 34.

LOPES, E. (2007). *Política de segurança pública: uma vontade de sujeição*. Dissertação de mestrado. São Paulo, PUC/SP.

MOASSAB, A. (2006). Zona de contaminação: arte e espaço urbano. *Polêmica Imagem*, n. 17, Revista Eletrônica. Disponível em: [http://www.polemica.uerj.br/pol17/cimagem/p17\\_andreia.htm](http://www.polemica.uerj.br/pol17/cimagem/p17_andreia.htm)

NIETZSCHE, F. (1996). *A gaia ciência*. Lisboa, Guimarães Editores.

PELBART, P. P. (2006). Vida nua, vida besta, uma vida. *Trópico*, Revista Eletrônica. Disponível em: <http://p.php.uol.com.br/tropico/html/textos/2792,1.shl>

SAFATLE, V. (2006). “Destituição subjetiva e dissolução do eu na obra de John Cage”. In: RIVERA e SAFATLE. *Sobre Arte e Psicanálise*. São Paulo, Escuta. Disponível em: <http://www.geocities.com/vladimirsafatle/vladi086.htm>

TURNER, V. (1974). *Dramas, Fields and Metaphors: symbolic action in human society*. Nova York, Ithaca, Cornell University Press.